

CONSELHO INDUSTRIAL DO MERCOSUL

DECLARAÇÃO CONJUNTA NO MARCO DO 30º ANIVERSÁRIO DO MERCOSUL

O FUTURO DO MERCOSUL REQUER CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E INTEGRAÇÃO

Os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da União Industrial Argentina (UIA), da União Industrial do Paraguai (UIP) e da Câmara de Indústrias do Uruguai (CIU), em nome do Conselho Industrial do Mercosul, congratulam os governos dos países do Mercosul pelos 30 anos do bloco, que contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento das economias e da indústria da região.

As quatro entidades industriais do Mercosul estão convencidas de que é imprescindível realizar, neste momento, todas as ações que levem ao desenvolvimento econômico e social do conjunto da região. Nesse sentido, é imprescindível contar com a vontade política dos governos dos quatro Estados-partes para adotar e implementar decisões que tornem realidade, definitivamente, o livre-comércio no bloco, eliminando as travas e os obstáculos existentes, e que se criem as capacidades para uma melhor integração internacional.

Para poder avançar nessa direção, é necessário, ao mesmo tempo, que os países cumpram suas tarefas para que as economias se estabilizem, do ponto de vista macroeconômico fiscal e monetário, e melhorem suas instituições e o ambiente de negócios, para que possamos retomar, o mais rápido possível, taxas de crescimento econômico mais aceleradas. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Mercosul teve um crescimento médio de 2,6% na última década, número inferior à expansão econômica mundial (3,7%), sobretudo se comparado aos países emergentes (5,1%).

O atraso em termos de competitividade internacional é uma característica do bloco que precisamos superar para abrir caminhos no processo de desenvolvimento econômico. A perda de competitividade industrial na região também é evidente, e nossos países não aumentam sua participação na produção e nas exportações de manufaturas mundiais. Sem um setor industrial forte e competitivo que exporte para a região e para o mundo, o Mercosul não criará postos de trabalho na quantidade e qualidade que necessita.

Somente com a união de políticas que levem ao crescimento econômico, aumentem a competitividade e ampliem a integração intra e extrabloco, o Mercosul voltará a receber investimentos e será visto internacionalmente como um grupo de países que pode produzir bens e serviços de qualidade, compondo uma oferta competitiva em relação ao resto do mundo, capaz de participar em cadeias globais de valor e de se inserir em nichos de mercado de alto valor agregado. Nesse sentido, é fundamental que o Mercosul intensifique esforços para obter resultados concretos na negociação de acordos comerciais com outros países ou blocos que foram definidos como prioritários e que ainda não foram concretizados.

Diante deste cenário, CNI, UIA, UIP e CIU propõem as seguintes sugestões aos governos, no contexto do 30º aniversário, para a agenda de trabalho 2021 e em diante do Mercosul:

- 1. Estabelecer condições para impulsionar a estabilidade e o crescimento econômico.** A implementação plena dos objetivos do Mercosul requer um contexto econômico e institucional na região que favoreça os negócios. Os desequilíbrios macroeconômicos foram a principal causa da queda da atividade industrial, da redução do comércio intrabloco e da perda de reservas, o que levou, muitas vezes, à imposição de barreiras não tarifárias às importações.
- 2. Assumir e implementar compromissos que tornem realidade o livre-comércio intrabloco.** É fundamental que se torne realidade a livre circulação de bens e de serviços prevista no Tratado de Assunção, e, para isso, requer-se um compromisso total dos governos e dos setores privados dos quatro países. Apesar de todas as tentativas, os obstáculos à circulação de bens persistem e se repetem. O compromisso deve abranger as tarefas de harmonização e construção de normas comuns para se obter, de uma vez por todas, a eliminação dos obstáculos mencionados.
- 3. Estimular a aproximação e a convergência regulatórias.** Os Estados-partes do Mercosul devem dobrar os esforços para avançar no aprofundamento do reconhecimento mútuo em matéria regulatória, com ênfase particular na efetiva implementação de instrumentos de reconhecimento mútuo de regulamentos e de certificações. O acordo Mercosul-União Europeia, por exemplo, promove o estabelecimento de regulamentos por parte do bloco e não por países individuais. Essa maior aproximação pode contribuir para a redução de barreiras não tarifárias no bloco e para uma maior convergência.
- 4. Internalizar regras e acordos pendentes.** A falta de internalização das normas prioritárias limita o avanço da integração econômica e frustra os esforços e o trabalho técnico no Mercosul. Apesar dos avanços nos últimos anos, a maioria deles podem ser considerados parciais porque ainda não estão em vigor. São exemplos os acordos em matéria de facilitação de comércio e compras governamentais.
- 5. Potencializar a participação do setor privado no Mercosul.** Propõe-se criar um mecanismo de participação efetiva do setor empresarial no processo de tomada de decisões do Mercosul em matéria econômica e comercial, entendendo-se que a responsabilidade de decidir corresponde aos governos dos Estados-partes. Desta forma, o setor privado pode contribuir em temas fundamentais para o processo de integração, como temas tarifários, regras de origem, convergência regulatória e negociações comerciais externas, bem como pode facilitar na implementação dos resultados que sejam alcançados.
- 6. Não adotar nenhuma decisão que implique modificar ou revisar a Tarifa Externa Comum e/ou o Regime de Origem do Mercosul sem o conhecimento e a oportunidade de o setor empresarial e privado, em geral, expressar sua opinião.** Para poder opinar, é necessário haver transparência sobre o processo de revisão, acesso à informação necessária a respeito e resultado de estudos quanto ao impacto esperado.